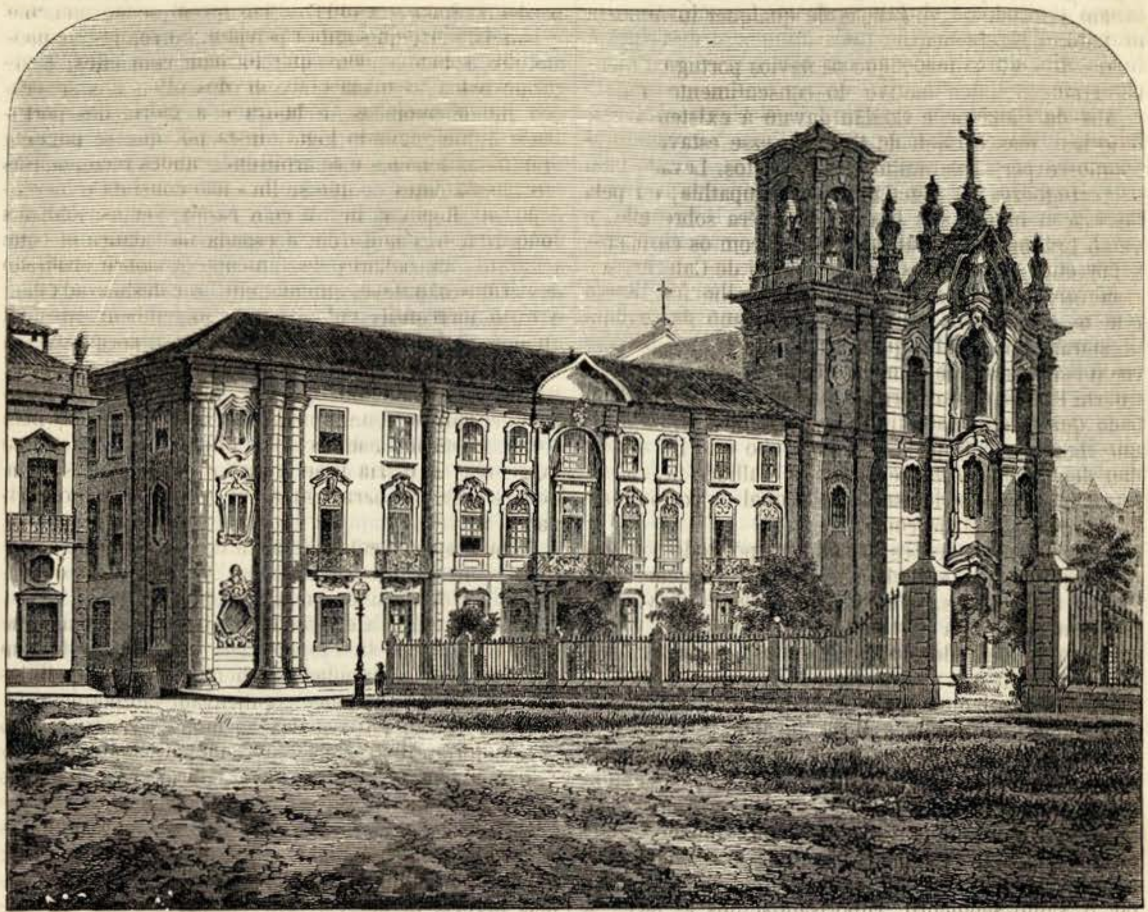


Lyceu de Braga, servindo actualmente de séde ao governo civil

Em consequencia do desastroso incendio que reduziu a cinzas no anno passado o palacio archiepiscopal de Braga, onde se achava estabelecido o governo civil do districto [1], foi transferida esta repartição para o edificio do lyceu, outr'ora convento dos congregados de S. Filippe Nery.

Foi fundado este edificio na segunda metade do seculo XVII por diligencias do padre José do Valle, natural de Lisboa, filho da mesma congregação, e residente no convento do Espirito Santo da dita cidade. Ajudado do zêlo religioso e actividade de um seu companheiro, o padre Manuel de Vasconcellos, deu principio áquella fundação, mais bem provido de boa vontade e firme resolução que de meios pecuniarios. Todavia, confiando nos recursos que lhe alcançariam essas duas qualidades da alma, que tanto podem quando a intelligencia as auxilia, traçou uma obra vasta e grandiosa.

Foi incançavel o padre José do Valle em solicitar esmolas, e algumas obteve avultadas, entre outras uma de dez mil cruzados dada pelo conego da sé primaz, João de Meira Carrilho. Porém, não obstante todos esses donativos e várias quantias com que a ordem de S. Filippe Nery concorreu para as obras; e apesar tambem da vigilancia e economia com que o fundador superintendia na execução dos trabalhos, prolongaram-se estes por todo o restante do seculo XVII, e pela maior parte do XVIII. E quando pararam inteiramente, na segunda metade do ultimo seculo, estavam acabadas a egreja e o convento, faltando a torre dos sinos do outro lado do templo.

[1] Vid. pag. 405 do vol. VI.

Não sabemos o anno em que se concluiu a egreja, mas sim que no de 1751 tão sómente se achava acabada a capella-mór, e já servindo ao culto divino, sem embargo de estar o resto do templo em obras. O convento foi habitado muito tempo antes do seu acabamento, compondo-se a communidade de vinte religiosos.

A egreja é consagrada a Nossa Senhora da Assumpção. O frontispicio é todo de cantaria, e de architectura não esbelta, antes um pouco pesada, mas regular e isenta de alguns dos defeitos mais vulgares nas construcções d'este genero traçadas no seculo XVII.

Interiormente é o templo espaçoso, alegre e singelo na sua architectura. O granito de que é construido presta-se pouco a primores de esculptura. Actualmente na cidade do Porto já se trabalha muito bem n'esta qualidade de pedra. No edificio da Bolsa vêem-se lavores executados no granito com bastante perfeição.

Porém, na epocha em que foi edificado aquelle templo lavrava-se mal a pedra na provincia do Minho, e tambem em todo o reino; mas onde essa imperfeição mais avultava era nas obras de granito, tanto pelas difficuldades que a pedra offerecia para miudezas de lavor, como pela falta de pericia dos canteiros. Por conseguinte, o architecto da egreja de que tratâmos teve o bom gosto de não sobrecarregar de ornamentos o edificio, quer externa, quer internamente.

O altar-mór e as capellas são decorados com ornamentações de talha doirada.

O edificio do convento é de excellente construcção. A sua fachada principal tem nobreza, regularidade e boas proporções. Foi delineada de modo que offerece

á vista o prospecto de um verdadeiro palacio, com um portico de entrada guarnecido de columnas doricas, que sustentam uma grande varanda, e duas pilastras jonicas, a que faz coroa um frontão. A nossa gravura dispensa-nos de mais minuciosa descripção. No interior do edificio não ha coisa que mereça mencionar-se.

A congregação do oratorio, de clerigos seculares, foi instituida em Roma por S. Filippe Nery, natural de Florença, pelos annos de 1550, e approvada pelo papa Gregorio XIII por bulla de 13 de julho de 1575. Introduziu esta ordem em Portugal em 1668 o veneravel padre Bartholomeu do Quental, capellão, prégador, e confessor del-rei D. João IV.

Os seus conventos denominaram-se *oratorios*. Houve sete n'este reino. O primeiro foi o que o padre Bartholomeu do Quental instituiu em Lisboa, no edificio do collegio que fôra dos religiosos dominicos irlandezes, nas *Fangas da Farinha*, e depois transferido para o fim da rua do Chiado. O ultimo que se erigiu foi o de Nossa Senhora das Necessidades, fundado tambem n'esta cidade em 1745 por el-rei D. João V, a par do paço real da mesma invocação [1].

Pela extincção das ordens religiosas em 1834, ficou devoluto o convento dos congregados de S. Filippe Nery em Braga. Não sabemos por quanto tempo esteve abandonado, nem se lhe deram algum destino antes de se estabelecer n'elle o lyceu d'aquella cidade, para a accomodação do qual se procedeu a várias obras, pela maior parte de reparação do edificio. O lyceu foi transferido para o edificio do seminario archiepiscopal para dar logar ás repartições do governo civil, que alli se acham ao presente, em quanto se reedificam os paços incendiados. A egreja está bem conservada, e celebra-se n'ella o culto divino.

Acha-se situado este edificio no vastissimo *campo de Sant'Anna*, em frente das grades do jardim ha poucos annos plantado no mesmo campo [2].

A nossa gravura é cópia de uma photographia da collecção do sr. Seabra. I. DE VILHENA BARBOSA.

1 Vid. os artigos e gravuras a pag. 49 e 393 do vol. VI.
2 Vid. pag. 137 do vol. V.

O PRIMEIRO AMOR DE UM REI

(Vid. pag. 190)

XIII

ALEGRIAS E TRISTEZAS

Maria, como o leitor viu, era orphã e vivia no seio de uma familia que não era a d'ella.

Sua irmã fôra, com effeito, roubada por uns ciganos quando era muito nova, e desde então a infeliz mãe, chorando a perda irreparavel da filha primogenita, dedicára-se inteira e intimamente ao cuidado de Maria, anjo que suavisava as horas de sua angustiada vida.

Mas, embora as caricias de Maria mitigassem a dor de sua mãe, não era bastante para cural-a, porque a desditosa mulher recebêra uma ferida profunda no coração.

A historia seria longa para se referir; mas, deixando pormenores menos interessantes, narraremos alguns antecedentes de Maria.

A situação em que se encontrava no meio da corte do moço rei de Hespanha deve ter despertado a curiosidade do leitor, e para que possa vir a saber-se o futuro da orphã é mister que volvamos os olhos ao passado.

Anna e Maria eram filhas naturaes. Sua mãe passára os primeiros annos da mocidade em Salamanca, onde na epocha propria, e entre os innumeros estudantes que affluiam de todos os pontos da Hespanha áquella celebre universidade [1], se achava um mancebo natural de Burgos, que, tendo visto a mãe das duas irmãs, então de dezenove annos de edade, se apaixonou d'ella.

Mas Beatriz, que era este o seu nome, estava promettida a um capitão de frecheiros; e os paes obrigaram-n'a a escolher entre o claustro e o consorcio que lhe offereciam. Ainda que enamorada do estudante Zumel, teve que obliterar este affecto, e casou com o capitão na mesma cidade de Salamanca, no começo do anno de 1490.

A benção do sacerdote não foi para ella a benção do ceo. A contar do dia do casamento, por um lado a falta de amor para pagar ao esposo, que lhe haviam destinado os paes, o muito que lhe professava, e por outro lado a crescente paixão por Zumel, envolveram-n'a em uma serie de desgostos, que lhe pozeram a vida em risco.

O esposo partíra-se para Italia em meiado anno 1491, e não voltára senão no fim do seguinte; mas teve logo que marchar com as legiões dos reis catholicos para cravar o estandarte de Castella nas muralhas da arabesca Granada.

Em quanto o capitão de frecheiros permaneceu na Italia, ficou Beatriz em Salamanca, e um funesto acaso trouxe novamente aos estudos Zumel, que não deixára de amal-a; mas que, respeitando a posição em que Beatriz se achava, fugira d'ella, receioso de não poder conter na sua presença a expansão do amor que lhe abrazava a alma.

Uma vez encontraram-se os dois e baixaram os olhos para se não fitarem; porém Zumel, contra sua vontade, impellido por força superior, seguiu Beatriz, e ficou parado junto da porta da casa em que ella habitava.

Veiu tiral-o do enlêvo um papel que lhe caíu aos pés.

«Espero-te á meia noite», dizia esse papel.

O pobre estudante, vendo-se entre o amor e o dever, deixou-se vencer pelo primeiro, e decidiu-se a comparecer perante Beatriz á hora ajustada. Arriscava-se por um trilho perigoso, mas não recuaria.

Os amantes avistaram-se, com effeito. A conversação foi longa, porque as almas dos dois jovens expandiram-se em prantos, queixumes e protestos de eterno amor. A aurora veiu encontrar Zumel e Beatriz ainda juntos; e, ao despedir-se... ao despedir-se, Beatriz pensou no esposo, e no rosto estampou-se-lhe a vergonha que lhe inspirava a sua fraqueza.

A joven esposa esqueceu, apesar de tudo, os seus deveres, cujo zeloso cumprimento nobilita a mulher, e um dia confessou a Zumel que sentia nas entranhas o fructo do seu amor. Saíu, portanto, de Salamanca, e retirou-se a uma pequena aldeia, habitada na maior parte por ciganos, e confiou aos cuidados de uma pobre mulher a primeira filha que alli deu á luz.

Quando o capitão de frecheiros regressou a Salamanca, Beatriz veiu ter com o esposo, e apenas permaneceram juntos quinze dias. Em tão breve lapso de tempo, conseguiu ella dissimular a falta que tinha commettido, e, como não tardou em separar-se do esposo, apaixonada mais que nunca do pae de sua filha, voltou aos braços do amante, e juntos se dirigiram á aldeia onde Anna ficára.

Soube-se alli a morte do capitão, e Beatriz teve que separar-se tambem de Zumel, porque este accorreu para o lado de um pae moribundo, que desejava abraçal-o antes de exhalar o derradeiro alento.

1 Esta universidade foi fundada no seculo XIII por el-rei de Leão, D. Affonso IX, para rivalisar com D. Affonso VIII, rei de Castella, que fundára no anno de 1200 a de Palencia. A universidade de Salamanca, se bem nos lembra, foi extincta não ha muitos annos por um dos governos da actual rainha D. Isabel II, com receio dos motins politico-liberaes de estudantes enthusiastas.

Pouco tempo depois nasceu Maria, segunda filha de Beatriz, a qual viveu com as duas até que, recebendo a noticia da morte de Zumel, e, julgando-se a mulher mais desgraçada do mundo, decidiu-se a ir para as Asturias, onde seus paes lhe tinham deixado uma casa e alguns recursos para viver com socego e sem miseria.

Como já sabe o leitor, um dia desappareceu a filha primogenita de Beatriz.

Uns ciganos da aldeia onde as duas irmãs tinham nascido, conhecendo a fundo a historia de seu nascimento, e esperando algum dia tirar partido do rapto da criancinha, aproveitaram-se da occasião propicia, e roubaram-n'a.

Infelizmente, Beatriz não tornou a vêl-a, e Anna, muito nova, esqueceu-se inteiramente da mãe e da irmã, e através de diversas situações chegou até ao ponto em que a vimos, ajustada por uns nobres intrigantes da corte do infante D. Fernando, e devéras enamorada de sua alteza.

Em 1510, quando Maria completava os quinze annos, um incendio consumiu a casa de sua mãe, perecendo ella ao mesmo tempo, e deixando sua filha orphã e desamparada; mas antes d'esta catastrophe Beatriz soube que Zumel ainda vivia, e que fizera propalar a noticia da sua morte porque, arrependido e desejando casar-se com outra mulher, não desejava tornar a ver a que lhe recordava culpas para as quaes não acreditava que houvesse perdão.

Um presentimento lhe annunciou os ultimos instantes da vida. Querendo depositar na filha o segredo que lhe martyrisava o coração, referiu-lhe a historia de seus tristes amores, e pediu-lhe que, logo que ella fechasse os olhos para sempre, procurasse a irmã primogenita e o pae, a fim de tornar a primeira tambem confidente do que sabia, levando-lhe a benção saudosa de uma desventurada mãe, e para assegurar ao segundo que lhe perdoára na derradeira hora, e que muitas vezes supplicára ao ceo pela sua felicidade.

Para conhecer a irmã servir-lhe-hia metade de uma cadeia de lavor singular que Beatriz lhe lançára ao collo. A outra metade devia conserval-a Anna, se os seus raptores não a tivessem roubado.

Comprehende-se agora a razão porque, offerecendo-lhe Guilherme de Croy o avistar-se com sua irmã Anna, ouvíra as refalsadas palavras do primeiro camarista del-rei e seguíra a régia comitiva, deixando o bemfeitor, o ente que mais amava, seu pae adoptivo, em fim.

Desde a morte de sua mãe, o unico desejo da sua vida, ou, antes, o maior desejo, era encontrar a irmã, repetir-lhe as palavras da infeliz Beatriz, e poder juntamente com ella procurar o auctor de seus dias. Se conseguisse isto, Deus podia dispor da sua existencia, porque nada mais ambicionava.

— Meu Deus! exclamava Maria, dae-me vida até que eu abrace minha irmã e meu pae... não haverá sacrificio que eu não padeça para alcançar tamanha felicidade. Chamae-me depois, Senhor, ao vosso reino, para que não me veja envolvida nas desgraças da terra!

Seguiu, pois, enthusiasmada a corte, e este fogo dava realce maior á sua notavel belleza.

No intimo da alma abençoava o moço rei, porque, segundo Guilherme lhe dissera, a elle deveria encontrar-se junto de sua irmã.

Comtudo, ao passo que tinha fito o pensamento nas horas de jubilo que se lhe deparariam nos braços da irmã, e, porventura, nos de seu pae, a vida nova em que viveu desde que deixára as solitarias e tristes paredes da casa de Hevia, os quadros que a paizagem desenrolava a seus olhos, os triumphos que o soberano conseguia ao entrar nas cidades, os gritos e os vivas da multidão que affluia a saudal-o ébria de alegria, as musicas e os festejos, os torneios e os jogos, em fim, o novo e variadissimo espectaculo a que por primeira vez assistia, occupava-lhe a imaginação por modo tal, que muitas vezes permanecia pensativa, cabisbaixa, lembrando-se dos confusos rumores das festas, dos encantos da musica, da gloria que alcançavam os cavalleiros na arena, dos olhares apaixonados que se trocavam entre alguns e as mais formosas damas da corte, que se enlevavam na coragem, elegancia e destreza d'elles; então profunda e incomprehensivel melancolia lhe dominava o coração, e exclamava para comsigo:

— Por que me terá o destino negado a felicidade de viver como essas mulheres?...

Apesar d'isto, era superior n'ella o desejo de ver a irmã, de fallar-lhe das suas desditas, das esperanças que nutria, e aguardava impaciente a occasião de assistir á audiencia do rei, porque o primeiro camarista lhe dissera:

— El-rei interessa-se pela senhora, quer saber as suas desgraças e minoral-as no que podér. Conte com a magnanimidade del-rei. Elle proprio a levará aos braços de sua irmã.

— Quando? perguntava Maria a Guilherme todas as vezes que tinha occasião de dirigir-lhe a palavra.

— Tenha paciencia, minha senhora, respondia o sagaz camarista do rei; um só subdito não póde preferir a todos os subditos; e o monarcha, recem-chegado aos seus dominios, tem que pensar antes na gloria, no lustre e no engrandecimento da sua nação, do que na felicidade de uma mulher até agora desgraçada.

Maria acreditava nas palavras de Chièvres, e esperava.

Até que um dia Guilherme perguntou-lhe:

— Não deseja ver el-rei?

— Desejo-o com impaciencia.

— Vel-o-ha hoje.

— Hoje!

— Esta noite virei buscal-a, e iremos juntos fallar a sua magestade.

— Devo-lhe muito, sr. camarista!

— A mim, nada, minha senhora... a el-rei tudo, porque sua magestade interessa-se devéras n'este assumpto.

— El-rei é tão bom...

— Ainda é muito novo, mas a sua alma, povoada de intimo e generoso affecto, é já de um grande homem. Elle proprio não sabe comprehender o sentimento que lhe faz pulsar o coração; porém eu, que o conheço bem, adivinho o que lhe vae dentro, e creio que pensa muito na senhora...

— Em mim... uma pobre orphã...

— A generosidade da sua alma procura a desgraça para amparal-a.

— E acredita...

— Acredito que el-rei ama-a, senhora...

— Sr. camarista...

— Não duvide... está sempre a fallar na senhora, e vejo que lhe occupa mais o pensamento que os negocios do estado...

Maria baixou os olhos envergonhada, porém notando que as palavras do senhor de Chièvres lhe eram musica mais suave e melodiosa para os ouvidos que as que ouvíra nas festas e nas ovações que tinham começado a perturbal-a.

— Não diz nada, minha senhora? perguntou maliciosamente o primeiro camarista a Maria. Tem pena que o nosso monarcha fitasse os olhos apaixonados na senhora?

— Honra-me sobremodo el-rei, balbuciou ella; não posso acreditar...

— Faz bem, porque póde enganar-se. O que lhe

disse é apenas uma supposição minha. El-rei não me confiou este sentimento.

Estas ultimas palavras destruiram em parte o castello de formosas illusões que a joven havia já levantado na mente; porém comprehendeu que se o rei lhe pedisse o coração, ella não lh'o negaria.

Perturbada a imaginação com o que ouvíra, só pôde accrescentar que esperaria com anciedade o momento de lançar-se aos pés do soberano para implorar a sua protecção.

Chièvres deixou-a. Maria, abalada por dulcissimas illusões, quizera que o tempo voasse, porque se lhe afiguravam seculos as horas de esperança.

(Continúa) B. A.

MEMORIA DO PRIMEIRO DUQUE DE BRAGANÇA

(APONTAMENTOS DAS CHRONICAS)

O ducado de Bragança é o mais antigo de toda a Hespanha e Italia. Foi o seu primeiro duque D. Affonso, filho illegitimo do rei D. João I, o qual, sendo mestre de Aviz, o houve de uma senhora chamada D. Ignez Pires, que depois foi commendadeira no convento de Santos em Lisboa. Nasceu no castello de Veiros, no Alemtejo, no anno de 1370.

Casou a primeira vez com D. Brites Pereira, condessa de Barcellos, filha unica do sempre invicto condestavel D. Nuno Alvares Pereira, de cujo feliz matrimonio descende o tronco glorioso da serenissima casa de Bragança.

Teve d'este primeiro matrimonio a D. Affonso, conde de Ourem e marquez de Valença, o primeiro marquez que houve n'este reino; a D. Fernando, que foi segundo duque de Bragança; e a D. Isabel, infanta de Portugal, que casou com seu tio, o infante D. João, filho legitimo do rei D. João I. Por morte de D. Brites Pereira, casou segunda vez com D. Constança de Noronha, filha de D. Affonso, conde de Gijon, de quem não teve filhos.

O infante D. Pedro, filho do rei D. João I, governando este reino pela menoridade de seu sobrinho D. Affonso V, deu a D. Affonso, seu irmão, a cidade de Bragança, com o titulo de duque da dita cidade, no anno de 1442. Foi este o primeiro de quem procederam os mais por descendencia de filiação e legitimidade. Foi o segundo D. Fernando I; o terceiro D. Fernando II; o quarto D. Jayme, unico do seu nome; o quinto D. Theodosio I; o sexto D. João I; o setimo D. Theodosio II; o oitavo D. João II, que venturosamente foi acclamado rei com o nome de D. João IV, no primeiro de dezembro de 1640, entrando o ducado na casa real.

Do primeiro duque de Bragança são descendentes imperadores da Allemanha, reis de Castella, de França, de Inglaterra, da Polonia, da Hungria, duques de Saboya, principes e outros grandes senhores. Houve com a sua primeira mulher, D. Brites Pereira, o condado de Barcellos, que seu sogro, o condestavel, lhe legou, e as villas de Chaves e Guimarães com seus termos, toda a terra de Penafiel, Basto, Mont'Alegre, castello de Piconha, Portello, Barroso, e outras muitas quintas entre Douro e Minho.

Foi D. Affonso filho querido de seu pae, pelo muito que com elle se parecia. Foi dotado de prudencia; amou as letras e as armas, do que resultou amar tanto os sabios como os soldados. Acompanhou seu pae e os infantes D. Henrique e D. Pedro, seus irmãos, na jornada á Africa, e á tomada de Ceuta, em 1415, em 12 de agosto; e a 25 do mesmo mez e anno foi ahi por seu pae armado cavalleiro em companhia de seus irmãos; e em premio de seu grande esforço e feitos distinctos por armas, lhe deu as quinas de Portugal postas em aspa vermelha, symbolo da afflicção em que se víra na dita tomada de Ceuta. Depois os seus descendentes accrescentaram nas armas os sete castellos, que são a orla da casa de Bragança. Estas armas trazia este primeiro duque não direitas, mas inclinadas, em signal de não ser legitimo. Os infantes seus irmãos o respeitavam como pae, e de todos foi grande amigo, excepto do infante D. Pedro, com quem teve alguns desgostos por acceitar o governo do reino na menoridade de D. Affonso V, seu sobrinho, contra o testamento do rei D. Duarte, seu irmão, e pae de D. Affonso V, que deixava por governadora a rainha D. Leonor, sua mulher.

É fundação do primeiro duque de Bragança a collegiada da villa de Barcellos, a factura dos muros e torres da mesma villa, e muitas fortalezas com que engrandeceu os seus estados. Fez na villa de Guimarães uns famosos paços, nos quaes se recolheu sua mulher, D. Constança de Noronha, depois de ficar viuva. Installou a confraria da nobre cavallaria de S. Thiago, e logo depois a de S. João Baptista na villa de Chaves.

Depois da memoravel batalha de Aljubarrota, sempre o duque acompanhou seu pae como cavalleiro e capitão. Falleceu na villa de Chaves, nas casas do castello, no mez de dezembro de 1461. Viveu noventa annos, e foi enterrado em sepultura rasa na capella-mór da egreja matriz da dita villa; e d'ahi foi trasladado pelos claustraes para o seu convento da Veiga, que o collocaram em nobre mausoléo na capella-mór da egreja, á parte do evangelho; e quando estes vieram para o convento de S. Francisco trouxeram o mausoléo e as cinzas que elle encerrava, e o pozeram na egreja do seu convento, onde hoje está em logar identico ao da egreja da Veiga.

A gravura representa esse mausoléo magestoso. Tem por cima uma bem lavrada vieira em pedra fina, e no alto d'esta, em remate, as armas do duque; e por orla, em letra gothica, o epitaphio seguinte: *Aqui jaz D. Affonso filho de D. João primeiro de gloriosa memoria primeiro duque de Bragança.*

LUIZ PEREIRA DE CASTRO SEROMENHO.

A gravura a que diz respeito o artigo acima é cópia de um desenho original com que nos mimoseou o sr. Castro Seromenho. Ás noticias que este nosso assignante teve a bondade de nos enviar de villa de Chaves, devemos accrescentar algumas observações.

Dos ducados existentes na Peninsula, o de Bragança é, sem dúvida, o mais antigo; mas antes da sua creação houve outros em Hespanha e Portugal. No primeiro d'estes paizes, Henrique II, rei de Castella, no anno de 1371, fez duque de Molina e Soria a Beltram de Claquim; e em 1379 creou duque de Benavente a D. Fradique, seu filho bastardo. No mesmo seculo creou el-rei D. João I de Castella dois ducados: o de Valença de Campos em favor do nosso infante D. João, filho del-rei D. Pedro I e da desditosa D. Ignez de Castro, então refugiado no reino visinho; e o de Peñafiel, dado ao infante D. Fernando, segundo filho d'aquelle monarcha.

Foi o nosso rei D. João I quem introduziu o titulo de duque n'este reino, fazendo duque de Coimbra a seu terceiro filho, o infante D. Pedro, no anno de 1415, e n'este mesmo anno duque de Vizeu ao infante D. Henrique, seu quarto filho.

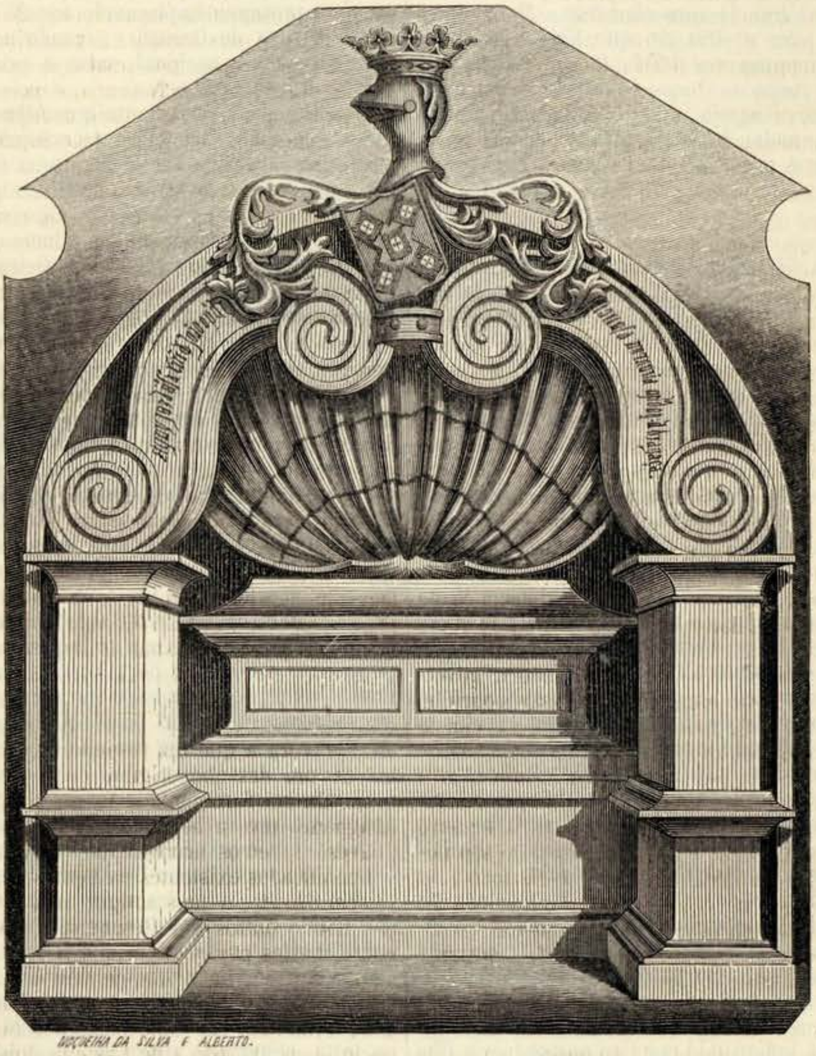
A illustre descendencia a que se refere o artigo acima procedeu de D. Isabel, filha do primeiro duque de Bragança, e de seu marido, o infante D. João, seu tio, filho del-rei D. João I e da rainha D. Filippa de Lencastre.

D'este consorcio nasceu D. Isabel, que foi rainha de Castella, pelo seu casamento com D. João II, rei de Castella, a qual foi mãe de Isabel *a Catholica*, rainha reinante de Castella, e mulher de Fernando, rei de

Aragão. A estes soberanos succedeu no throno de Hespanha sua filha, Joanna *a Doida*, que casou com Filippe I, archiduque de Austria, e foram paes do principe Carlos, que reinou em Hespanha com o nome de Carlos I, e cingiu a coroa imperial da Allemanha com o nome de Carlos V.

O duque de Bragança D. Affonso foi um perfeito cavalleiro nos campos de batalha, pois que ninguem o excedia em valor e coragem. Tirou bastante instrucção das muitas viagens que fez, e do seu amor do estudo foram provas a livraria que creou no seu palacio, e os objectos de antiguidade e curiosidade que colligiu no reino e fóra d'elle, dos quaes fez um museu, o primeiro que houve em Portugal. Porém manchou a sua gloriosa carreira militar e denegriu todos os dotes do seu espirito com as intrigas, calumnias e perseguições que moveu contra seu irmão, o infante D. Pedro, e que levaram este principe illustrado e bemquisto a morrer desgraçadamente na batalha da Alfarrobeira, ás mãos dos seus proprios compatriotas.

A respeito do seu escudo de armas diz o seguinte o auctor da *Historia genealogica da casa real portugueza*: «O duque D. Affonso, como tinha estabelecido uma nova casa, ordenou o escudo das suas armas na fórma seguinte: em campo de prata uma aspa de vermelho com cinco escudos das armas reaes, sem orladura, e por timbre um meio cavallo branco com tres lançadas em sangue no pescoço, bridado de oiro, com cabeçadas e redeas vermelhas, na fórma que fica estampado. Este escudo formou depois de se ter achado na gloriosa expedição de Ceuta, como memoria do perigo em que se achára. Porém este era o mesmo timbre antigo dos Pereiras, que tomou por ser casado com a sra. D. Brites Pereira, cujos ascendentes o trouxeram em memoria da valorosa acção do conde D. Rodrigo Forjaz, *o Bom*, quando nos campos de Santarem, em serviço del-rei D. Garcia de Portugal e Galliza, prendendo a el-rei D. Sancho, seu irmão, ia em um cavallo branco, o qual na batalha recebeu tres lançadas no pescoço, que chegando ao peito deram com elle morto em terra.»



NOGUEIRA DA SILVA E ALBERTO.

Tumulo do primeiro duque de Bragança

O timbre do cavallo branco foi mais tarde substituido pelo dragão alado; porém o escudo de armas permaneceu inalteravel. Os que pretendem que D. Manuel, pouco depois de subir ao throno, e antes de casar, fizera jurar em cortes principe herdeiro a D. Jayme, unico do nome, e quarto duque de Bragança, dizem que este tomára então, por determinação do mesmo soberano, o escudo das armas reaes. O auctor da referida *Historia genealogica*, seguindo esta opinião, apresenta como brazão do duque D. Jayme o escudo das armas reaes. Entretanto, apesar d'esta opinião auctorisada, é materia duvidosa aquelle juramento, e é certo que os seus successores no ducado até ao duque D. João II, que empunhou o sceptro portuguez, usaram o escudo da casa de Bragança.

Portanto, este escudo, além d'aquella alteração do timbre, não teve outra. Quando D. João, segundo do nome e oitavo duque de Bragança, foi acclamado rei de Portugal, não modificou o seu brazão de armas, passou simplesmente a fazer uso do dos reis seus predecessores.

A primeira trasladação que se fez dos restos mortaes do duque D. Affonso da sepultura rasa na capella-mór da egreja matriz, foi ordenada pela duqueza de Bragança D. Catharina, filha do infante D. Duarte, e mulher do duque D. João I. Esta princeza mandou erigir-lhe um mausoléo na capella-mór da egreja do convento de S. Francisco, sendo este convento dos religiosos da provincia da Piedade, que tinham substituido n'elle os franciscanos claustraes. Mudando-se este convento para o sitio em que hoje está, cujas obras se principiaram em 1637, foi trasladado pela segunda vez o corpo do duque D. Affonso para a capella-mór da nova egreja, onde o collocaram no tumulo que lhe mandou fazer seu setimo neto, el-rei D. João IV, e que é o que a nossa gravura representa.

I. de Vilhena Barbosa.

UMA PAGINA GLORIOSA DA HISTORIA DA INDIA

AFFONSO DE ALBUQUERQUE

(Vid. pag. 161)

II

Os negocios da India, por mais que D. Manuel se empenhasse em consolidal-os, andavam ainda n'um estado de perturbação constante; a guerra aberta com os moiros de Fez e de Marrocos não impedia, comtudo, que as nossas frotas velejassem para o Oceano, adiantando os descobrimentos e fazendo novas feitorias, chegando a penetrar até o cabo Guardafú. O rei de Melinde e o xeque de Moçambique conservavam-se fieis á alliança; pelo contrario, os de Quilôa e Mombaça inquietavam aquelles por causa da sua affeição aos portuguezes. Diogo Fernandes Pereira havia descoberto a ilha de Socotorá (1506); Ruy Lourenço Ravasco fazia guerra viva ao rei de Zanzibar, e Antonio de Saldanha coagira o de Mombaça a fazer a paz, embora simulada, com o rei de Melinde. Pedro de Anhaia partira para Sofala, a Ophir de Salomão; D. Francisco de Almeida, pondo em fuga Ibrahim, havia erigido uma fortaleza em Quilôa, e, dirigindo-se á sua vez para Mombaça, investira a cidade, escrevendo na boca das suas bombardas a sentença que a destruia.

Tal andavam as coisas quando D. Manuel nomeou Tristão da Cunha general das naus de carga que mandava para a India, dando-lhe uma armada de dezeseis velas, das quaes iam cinco sob o commando de Affonso de Albuquerque. Tendo-se Tristão da Cunha empégado em demasia na altura do sul, perdeu a monção de passar á India, indo por isso reconhecer a ilha de Madagascar, no mar da Ethiopia. Seguindo curso, destroçou o rei de Hoja, fez tributario o de Lamo, tomou a cidade de Brava, continuando a sua derrota para Socotorá (1507), ilha que fica na boca do mar Vermelho, e a que muitos chamam a Dioscórida dos antigos geographos.

Os designios de D. Manuel eram arruinar o commercio dos moiros por este mar, fazendo-se senhor do estreito; Tristão da Cunha investiu, portanto, a ilha, que tomou a preço de uma batalha sangrenta. Depois, como o vice-rei quizesse accommetter Panane, Tristão, que havia ido a Cochim, fez-se de vela juntamente, e após o triumpho volveu a Portugal, não só com as boas novas da victoria, mas tambem com as naus abarrotadas de carga.

Affonso de Albuquerque andava então, conforme tinha por seu regimento, na garganta do mar Roxo; não lhe soffria o animo nem o ardimento do seu caracter aquella vida que elle tinha por ingloria e quasi inutil. Altos pensamentos o salteiam, vastos designios o incitam, o projecto de se fazer senhor do reino de Ormuz, reino poderoso que começava no cabo de Rosalgate, e se estendia pela Carmania, prende-o de todo.

Ordenadas as coisas de Socotorá, e reprimidas as discordias dos fartaquinos, Albuquerque partiu com seis naus e uma fusta, levando 470 combatentes. Calaiate abre-lhe as portas, Curiate prova a dureza do seu ferro, Mascate inclina-se ao jugo, Soar submette-se a todas as condições, Orfação nem pensa em defender-se. O que não faz a espada fal-o o terror do nome; não ha tranqueiras que resistam ao impeto, não ha peitos que ponham dique á torrente. Albuquerque prosegue implacavel; aos 25 de setembro dá fundo á vista de Ormuz, e, içando ao tope do arvoredo a bandeira nacional, salva á cidade com todo o grosso da sua artilheria.

É d'este ponto em diante que Albuquerque principia a ostentar a sua feição de conquistador. A India, para elle, não póde ser apenas uma feitoria, deve de ser um dominio; o trafico, reduzido aos seus limites acanhados e interesseiros, não lhe satisfaz, não lhe sacia as ambições remontadas. Como o Alexandre antigo, estende as suas vistas pelo Oriente, e deixa que o coração se lhe erga em magnanimos impulsos. De Ormuz descobre Goa no horisonte, do cabo Comorim verá mais tarde Malaca, e então, deitando a sua espada sobre o collo d'esses tres grandes senhorios, terá fundado e assente o nosso imperio asiatico.

Não era para o rei nem para a maioria da nação o comprehender a alteza d'aquelles sonhos, que depois se haviam de fazer realidade; a mercancia rendosa era a unica mira dos espiritos; o mar das Indias tinha para elles apenas a significação de um leito de oiro, de um manancial de riquezas innumeras. O predominio brilhante, a superioridade absoluta, o esplendor de uma grandeza tão vasta, a boa sombra da nossa bandeira tremulando desde o golpho Persico até quasi o mar da China, a Europa amesquinhada ante o nosso poderio, o commercio do Levante fechado inteiro nas nossas mãos, um punhado de homens do Occidente assoberbando o mundo novo, eis o que ninguem via, ou o que a inveja cega não queria ver nos largos planos de Albuquerque.

A interpreza de Ormuz foi o seu primeiro passo. Apenas ancorado em frente da cidade, tratou logo de mandar recado ao rei, mancebo ainda, sob a tutela de Coge Atar, significando-lhe os motivos da sua vinda. Ormuz era tributario dos sophis da Persia, e Albuquerque exigia para o rei de Portugal esse tributo. N'esta substituição forçada havia amargor bastante para travar na boca de Coge Atar. Fingiu este submetter-se, e apparelhou-se em secreto para combater o mandado. Quando se viu abastecido de tropas e augmentado na frota, respondeu arrogante, negando os tributos e ameaçando quem quer que se atrevesse a decretal-os.

D'aqui seguiu-se uma batalha naval renhida e sanguinolenta. Os vasos inimigos submergidos ou arruinados, os combatentes destruidos pelo ferro ou pela agua, as grossas naus do principe de Cambaia e de Dio mettidas no fundo, cento e oitenta navios de toda a especie, que ainda estavam nos estaleiros, incendiados e perdidos, levaram Goge Atar a fazer içar a bandeira branca em uma das torres do paço real, e a mandar que dois moiros fossem em uma terrada com outra bandeira similhante para o general portuguez.

Ajustou-se a paz; o rei de Ormuz fez-se tributario, devendo pagar de pareas quinze mil xerafins annuaes; construir-se-hia uma fortaleza na ponta d'aquella lingua de terra que se mette no mar entre os dois portos; a bandeira portugueza hasteada na torre mais alta do palacio real testimunhava, pela sua parte, que o rei de Portugal recebia o de Ormuz sob sua protecção, obrigando-se a defendel-o de todos os seus inimigos.

Tal foi a principio o resultado da victoria. Não era Coge, todavia, homem que assim deixasse a onda do infortunio levar-lhe a confiança; astuto e sagaz, começou desde logo a traçar os meios de incommodar Albuquerque. A peita, o desvelo fingido, o gasalhado liberal, tudo foram manhas com que elle fomentou a discordia, primeiro entre os nossos homens infimos, até chegar aos capitães. Albuquerque era severo e rispido; a sua rigorosa austeridade no serviço descontentava os soldados e os officiaes; além d'isso, estes, que preferiam o andar a corso, e que suspiravam pelas presas, iam amontoando queixas e murmurações insolentes, que não longe andavam de motim declarado. As coisas chegaram ao ponto dos sediciosos mandarem uma protestação a Albuquerque, em que se affirmava ser do serviço del-rei abrir mão da empreza de Ormuz, e tornar ao corso no golpho arabico.

Ao acabar de ler tal missiva, o grande homem, carregando o semblante, atirou-a com desprezo para os alicerces da porta de uma torre da fortaleza, a que depois d'isso se chamou *a porta da representação*.

A estes prenuncios de revolta accresceu um novo caso: os embaixadores do sophi tinham chegado para cobrar os tributos que o rei de Ormuz costumava pagar annualmente; a corte, ou simulação ou verdade, mostrava-se assustada, e por intermedio de um dos seus ministros havia exposto a Albuquerque o perigo da occurrencia; os amotinados faziam d'isto substancia para maiores alvorotos. Então elle, com a sobranceria imperiosa no gesto, mandou trazer pelos seus um monte de granadas, de pelouros e de terçados, e volvendo-se depois, exclamou: «É esta a moeda com que el-rei de Portugal e os reis seus vassallos pagam tributos.»

Scipião não se expressaria de outro modo. As indisposições cresciam de momento a momento, os transfugas multiplicavam-se nos arrayaes de Coge, a impossibilidade de reluctar contra a dobrez de alguns capitães tornava-se cada vez mais patente; Albuquerque, desilludido e desgostoso, teve de desamparar a cidadella e de se acolher aos seus navios.

Oito dias seguidos varejou elle a cidade com toda a artilheria, e quasi a havia levado ao ponto de capitular e render-se á sua clemencia, quando tres dos seus capitães, desertando de improviso e fazendo-se de vela para a India, lhe estorvaram os bem agoirados planos. N'um dos navios fugidos iam os viveres da frota; permanecer, portanto, era impossivel. Albuquerque, depois de desafogar a sua colera em mais algumas bombardadas contra a ilha, soltou o rumo para Socotorá, onde deu fundo pelos principios de 1508.

Tres mezes se conservou por estas paragens, até que, encontrado com tres navios que iam para a India, se foi com elles, não sem tornar de novo a açoitar Ormuz, e a despedir-se de Coge com algumas salvas de metralha. Na India terrivel acolhimento o esperava. D. Francisco de Almeida, caído n'aquelle estado de desgosto e de irritabilidade em que o deixára a morte do filho, agitado talvez por esse ciume de que nem os proprios Themistocles escapam, desconcertado ainda mais pelas palavras mentirosas dos officiaes que haviam abandonado Albuquerque, fez-lhe a principio boa acolhença, negando-se porém a entregar-lhe o governo, e ordenando-lhe que fosse para Cochim tomar descanço das lidas.

Na volta da sua expedição contra Hocem (1509), levado pelo ruim conselho de aduladores, o vice-rei chegou ao extremo de prender Albuquerque, e de o mandar para a fortaleza de Cananor. Fazia a inveja seu officio, e o grande homem de Ormuz lá ia tendo o seu Hudson Lowe em Lourenço de Brito, quando aportou em Cananor Fernão Coutinho, com quinze navios e tres mil homens de armas. O seu primeiro cuidado foi para logo fazer vingar as provisões que el-rei havia dado a Albuquerque, e ás quaes D. Francisco de Almeida negára cumprimento, fazendo-o reconhecer por governador geral; e depois, mettendo-o em sua nau, o conduziu a Cochim. Ahi chegado, o vice-rei entregou o governo, recolhendo-se ao seu navio, d'onde não tornou a desembarcar. Debalde o marechal tentou conciliar estes dois grandes homens; eram ambos altivos bastante para um d'elles ser o primeiro a estender os braços.

Partido D. Francisco de Almeida, Affonso de Albuquerque sentiu-se, de feito, governador da India (1509). As honras e os direitos que esta investidura lhe conferia eram, porém, mais limitados que os do seu antecessor; aquella vasta extensão de paiz que se estende desde o cabo da Boa Esperança até ás extremidades das Indias, não estava inteiramente sob sua tutela; Jorge de Aguiar senhoreava desde Sofala até Cambaia, e Diogo Lopes de Sequeira havia sido enviado para Malaca, a fim de estabelecer n'este ponto um governo distincto. Albuquerque, circumscripto ao Indostão, achava-se, pois, maniatado, e talvez mesmo um pouco ferido em seu melindre. Não era elle, comtudo, homem que se avergasse ao mais pequeno sôpro; destender o circulo de ferro e superar os travancos, eis o que lhe era mister para poder levar a cabo os seus projectos.

Tratava-se de atacar Calecut; era isto prurido ambicioso de Fernão Coutinho, homem vivo e emprehendedor, para quem as Indias eram theatro onde desejava assignalar-se. Albuquerque, sabedor dos planos do marechal, não se atreveu a dissuadil-o. Estavam ainda recentes as obrigações que lhe devia, para crear obstaculos a uma empreza, arriscada sim, mas não de certo desarrazoada. Determinou-se a expedição; a armada, composta de trinta naus, dividia-se em duas frotas, uma commandada por Fernão Coutinho e outra conduzida pelo governador.

No principio do anno seguinte (1510) chegaram á vista de Calecut. Um revez estrondoso para as nossas armas foi a consequencia de uma tentativa a que faltava a unidade de direcção, e em que os impetos não podiam substituir a carencia de ordem. Fernão Coutinho, pelejando como um heroe, succumbiu ás fréchadas dos naires; e Albuquerque, ferido gravemente, teve de abandonar o campo e retirar-se a Cochim.

Restabelecido finalmente, e occupado em receber embaixadores que vinham felicital-o, julgar-se-hia que Albuquerque havia sopitado por momentos as suas altas idéas de conquista. Não adormecêra elle, nem o animo lhe soffria o remanso da paz. Tinha na sua mão grandes forças, os seus designios secretos amadureciam com a probabilidade do bom exito, cumpria-lhe não deixar que a occasião propicia lhe escapasse. Apromptа a armada, reune o conselho, diz-lhe, para disfarce do seu projecto, que convinha applicar no mar Roxo todas as forças da India, incita-os á partida; por este tempo escreve ao rei de Onor e a Timoja, inimigos capitaes do sabaio de Goa, e põe-n'os em sua alliança; congraça-se com o rei de Narsinga, e, depois de haver assim predisposto os negocios, faz-se de vela com vinte e um navios, levando a seu bordo dois mil portuguezes e alguns malabares.

Chegando a Cananor, recolhe os despojos de dois navios que haviam naufragado junto ás ilhas de Angediva, e prosegue na sua derrota. Quando elle foi através de Onor, Timoja, que sabia quaes os pensamentos de Albuquerque, saiu-lhe n'um batel ao encontro, com mostras de o saudar apenas, mas na verdade para chamar as coisas ao terreno que o governador lhe indicára. Propõe-se a conquista de Goa, desenha-se o caso como facil, resolve-se de prompto e singra-se para a nova cidade.

No tempo em que a frota portugueza se avisinhava á barra, unia-se-lhe a de Timoja, composta de quatorze fustas e escolhidos combatentes. Nunca empreza

alguma fôra tão bem succedida; accommetter a cidade e possuil-a é quasi que simultaneo; aos 17 de fevereiro de 1510, Albuquerque entra pacificamente em Goa, como um rei nos seus estados. Os fumos da victoria não lhe enturvam o espirito; a organisação interior do governo é desde logo o seu cuidado. Nomeia Antonio de Noronha governador da cidade; informa-se do producto das alfandegas; cria rendeiros assim moiros como gentios, e subordina-os a Timoja; força os inimigos a evacuarem os ultimos postos que conservavam na ilha e repara os fortes arruinados.

Taes são as suas primeiras ordens pelo que diz respeito ao meneio interior. Em seguida chama os embaixadores dos principes estrangeiros que então se achavam em Goa, propõe uma liga offensiva e defensiva aos reis de Narsinga e Vengapor, dá audiencia aos enviados de Ormuz e do sophi da Persia, e manda a este ultimo Ruy Gomes em embaixada especial.

Pareciam as coisas apparelhadas para uma posse definitiva, quando aquella fortuna má de Albuquerque, manifestada já em Ormuz, principiou tambem a revelar-se em Goa. Tinha elle mais inimigos em torno a si do que fronteiros; a traição coberta e a má vontade latente deviam ser-lhe mais nocivas que as espadas dos moiros. Hydalcão adiantava-se a passo cheio para entrar de novo na cidade; o numero dos revoltosos crescêra desmesuradamente; os soccorros pedidos a Cochim tardavam; por terra e por mar o perigo apertava com os portuguezes. Obrigado a desamparar a cidadella para salvar a frota, Albuquerque fez-se ao mar, e, caíndo de assalto sobre o forte de Pangim, de tal maneira apavorou o Hydalcão, que este, temendo o viessem sitiar a Goa, saíu d'alli fazendo novas proposições de paz.

Parecia que uns claros alvores de esperança se iam distinguindo pouco a pouco; confiava Albuquerque em retomar a cidade, e para isso se apercebêra, quando os negocios de Cochim reclamaram a sua presença. Para lá partiu, mas, sem deixar de acariciar na mente a empreza de Goa, deu-se todo a pôl-a em pratica sem a menor detença. Oito mezes depois atacava elle de novo a cidade, e, desbaratando os inimigos, assenhoreava-se d'ella.

Como aquietar, porém, as ferveuças d'aquelle espirito bellicoso? Uma conquista era para elle incentivo de outra conquista, e, fazendo dos triumphos degrau, subia para medir os horisontes. Regularisado o governo, tratou de alliviar o jugo imposto, captivando os naturaes pelo bom trato, ingerindo-os nos empregos, casando-lhes as filhas com portuguezes, e assistindo paternalmente a estas ceremonias. Mandou cunhar moeda e tratou de pôr em ordem a fazenda real. Circundava-o o esplendor da realeza, e as homenagens dos embaixadores incensavam-n'o de continuo. Nada d'isto o embriagava, nem lhe destruia os intimos propositos. Imperar abertamente no mar Roxo, possuir Ormuz e dominar Malaca, eram os tres enormes pensamentos que o opprimiam. A posse de Goa estava, sem dúvida, assegurada; era agora, mais que nunca, ensejo de proseguir e alargar o dominio asiatico.

Fez-se á vela levando em mira o projecto do mar Roxo; mas tendo-o colhido a tempestade, e sendo a monção para Malaca, virou de bordo, tocou de passagem em Goa, Cananor e Cochim, velejou pelo golpho de Bengala, e, tomando no caminho alguns navios de Cambaia, foi abordar a Sumatra. D'ahi partiu para Malaca, cujo rei, temendo, pelo que fizera a Sequeira, algumas represalias dos portuguezes, mandou logo saudar o general, dando-lhe satisfações e escusas. Não só lh'as rejeitou Albuquerque, mas exigiu que lhe dessem logar para a fundação de uma cidadella, no intuito de defender as feitorias portuguezas.

Conhecendo ao diante a má fé com que o rei andava nas suas negociações, resolveu assaltar a cidade e ganhal-a. Assim foi. Travou-se uma peleja mal ferida, em que os nossos tiveram de fazer frente a um numero superior de adversarios. Vencida a ponte, o que foi n'este combate a mais notavel façanha, Albuquerque entrou na cidade sem resistencia. O seu genio politico patenteou-se do mesmo modo que em Goa. Promulgaram-se leis equitativas, cunhou-se nova moeda e espalhou-se liberalmente pelo povo, expediram-se embaixadores aos reinos visinhos, e cimentaram-se concordias. Feito isto, deu o governo a Ruy de Brito, destinou a Ruy de Araujo o cargo de feitor, e nomeando Fernão Peres de Andrade almirante d'aquelles mares, com dez navios, fez-se de vela para o Indostão, com grande pezar de todo o povo de Malaca.

Navegando pela costa de Sumatra, sobreveiu-lhe tão rija tempestade, que o navio a cujo bordo elle ia se fendeu em dois, engulindo o mar todas as riquezas que conduzia, e pondo-lhe a propria vida em extremo risco. Salvo como que por milagre, chega finalmente a Cochim (1511), quando lá se chorava a sua morte, e quando as iniquidades d'aquelles que havia deixado no governo faziam mais sentida a sua perda.

(Continúa) E. A. Vidal.

A DELICADEZA OU CORTEZIA

Quando o homem nasceu com generosidade, nobreza e bondade na alma, deve ter direito á consideração e estima de todos; mas para se tornar um homem amavel é preciso juntar a cortezia a estas qualidades. Então os homens não se limitarão á estima; terão para nós sentimentos que participem do amor e da veneração.

A cortezia leva-nos muitas vezes a esquecer-nos de nós para sermos só agradaveis aos outros. N'essas occasiões, em que sacrificâmos por deferencia os nossos gostos e opiniões aos gostos e opiniões dos outros, a cortezia consiste, porém, em proceder com arte, circumspecção e finura taes, que não se conheça a nossa condescendencia.

A cortezia dá-nos tambem o talento precioso de combater o parecer dos homens sem offendel-os, e de submetter-nos a elle sem nos humilharmos. Esta virtude é egualmente inimiga da adulação vil e da familiaridade grosseira.

Ambos estes defeitos offendem a decencia; e a decencia, para o dizer assim, é a primeira superficie da virtude. E não é insignificante falta transgredir esta regra. Uma ferida, que não passa do primeiro tecido do corpo, causa-nos ás vezes dores tão vivas como as feridas mais profundas. Um homem, que deseja ser quanto possivel respeitado e perfeito, não deve jámais transgredir as leis inviolaveis da decencia. Referimo-nos aqui unicamente ao que respeita á politica ou cortezia. Esta decencia consiste, pois, em não nos afastarmos da franqueza e da sinceridade nos testimunhos de affeição e respeito que damos ás pessoas que nos cercam ou com as quaes tratâmos. A benevolencia deve accrescentar-se á verdade, mas não destruil-a. Ultrapassa-se a decencia quando se affectar, para qualquer individuo, respeitos que estão muito superiores aos seus merecimentos.

Como se adquire uma fonte inexhaurivel de cortezia? Dominando a alma. Acostumemo-nos a conter ou reprimir certas expansões, que podem prejudicar os outros, embora padeçamos, e em todas as conjuncturas encontraremos em nós a fonte da verdadeira delicadeza. E entre um homem naturalmente delicado, e o que observa os preceitos da civilidade, ainda que seja escrupuloso, ha grandissima differença.

A delicadeza é, pois, uma virtude de sentimento. A sua origem deve encontrar-se no coração, como a nobreza, a generosidade e a philanthropia.